

# RELATOS DE EXPERIÊNCIA

## **Desafios da extensão para a comunidade universitária: o primeiro ano do projeto “Ouvidoria Acolhidas” para casos de agressão e discriminação de gênero na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais**

*Construction of a protected environment for the production of olive groves in Lar Santa Isabel Alta Floresta, State of Mato Grosso, Brazil*

### RESUMO

O projeto de extensão “Ouvidoria Acolhidas” tem por objetivo oferecer acolhimento jurídico e psicológico a mulheres que tenham sido vítimas de assédio (moral ou sexual), discriminação e violência de gênero no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Este relato visa colocar em pauta as conquistas, assim como as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de suas atividades no primeiro ano de sua existência. Ademais, se problematizará o âmbito de atuação do projeto, inusitado por se dirigir à própria comunidade universitária, situando-o no movimento universitário nacional de enfrentamento da agressão e discriminação de gênero nas universidades.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulheres. Violência. Ouvidoria. Extensão universitária.

### ABSTRACT

The purpose of the “Acolhidas Ouvidoria” extension project is to provide legal and psychological counseling to women victims of harassment (moral or sexual), gender discrimination and gender violence at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil. This report aims to put into the agenda the achievements, as well as the difficulties faced during the development of the activities in the first year of the project existence. In addition, it will be discussed the field of action of the project, unusual for addressing the university community itself, placing it in the national university movement to combat gender aggression and discrimination in universities.

**Keywords:** IGender. Women. Violence. Ombudsman. University extension.

Caroline Pozzobon Francisco

Graduada em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. (pozzoboncf@gmail.com).

Beatriz Corrêa Camargo

Pós-doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade de São Paulo, Brasil; professora adjunta 1 da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; coordenadora do projeto de extensão “Ouvidoria Acolhidas” e do grupo de formação em Fundamentos do Direito Penal. (beatrizcorreacamargo@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

O projeto de extensão inicialmente denominado “Frente de Assessoria Coletiva: Ouvidora de Atendimento à Mulher” surgiu por iniciativa de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em reação a diversos incidentes envolvendo a segurança das mulheres no campus universitário. O projeto, ainda em curso, desenvolve-se no âmbito do Escritório de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (ESAJUP/UFU), sob a coordenação de duas professoras do curso de Direito desta instituição.

O âmbito de atuação do projeto, embora inusitado por se dirigir à própria comunidade universitária, justifica-se perante o enorme desamparo em que se encontram as mulheres vítimas de assédio moral e sexual, de discriminação e de violência praticadas por chefes, professores e colegas de curso na instituição. A constituição de uma ouvidoria especializada de atendimento à mulher na Universidade Federal de Uberlândia se insere, assim, em um contexto mais amplo de criação de ouvidorias e redes de enfrentamento à violência em diversas instituições públicas de ensino nos dois últimos anos (CAMARGO; FERREGUTTI, 2016, p. 61).

Nesse sentido, a “Ouvidoria Acolhidas” surgiu com o objetivo de receber e encaminhar reclamações, sugestões, denúncias e representações de alunas, professoras e técnicas, realizando o acompanhamento necessário. Trata-se de uma proposta de amparo integral às mulheres, visando o respaldo psicológico, bem como o oferecimento de soluções jurídicas e transformações institucionais que não se limitem à atuação técnica perante o poder judiciário.

Desta forma, durante o primeiro ano de experiência da Ouvidoria, as alunas do curso de Direito puderam se defrontar com uma dimensão institucional do Direito, muito mais ampla e diversificada do que a perspectiva do litígio judicial normalmente apresentada nas aulas tradicionais do curso de graduação. Em contrapartida, as alunas da Faculdade de Psicologia, envolvidas no projeto, puderam experimentar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de vulnerabilidade, que, além da especificidade do tratamento dado à agressão de gênero, ainda se caracterizam pela dependência de respostas institucionais

ainda bastante incipientes.

Para os objetivos propostos, a atuação da Ouvidoria se dividiu em diversos grupos de trabalho, desdobrando-se em diversas frentes. A primeira delas, de caráter técnico-jurídico, envolve ações judiciais e administrativas, além de um diálogo interinstitucional com a finalidade de chamar a atenção dos diversos órgãos e comissões processantes da universidade para o problema da violência de gênero. A segunda frente se concentrou no diálogo com a Psicologia, tanto para a formação técnica das discentes do curso de Direito, como para a oferta de tratamento psicológico adequado às pessoas procuram a Ouvidoria. Por fim, a terceira frente se destinou à aproximação da comunidade universitária, por meio de campanhas de conscientização e divulgação do projeto.

### **Superando o paradoxo: os desafios de ser contra para ser a favor da Universidade**

Os resultados obtidos com este projeto até o momento foram bastante positivos. A “Ouvidoria Acolhidas” se tornou referência na UFU, tendo sido noticiada por diversos veículos de comunicação, com destaque especial para as reportagens da TV Universitária. Suas atividades foram referenciadas, ainda, em trabalhos acadêmicos sobre o tema da agressão de gênero, como os artigos de Camargo e Ferregutti (2016), Alves (2016) e Camargo e Aguilar (2017).

O projeto continua suas atividades, com novas metas, dentre as quais se destaca a realização de uma pesquisa, na forma de questionário, para a medição das diversas formas de agressão e violência de gênero praticadas no âmbito da instituição. No futuro, o que se pretende é a elaboração de um estatuto de ética na universidade que seja atual e efetivo, e sirva como importante instrumento para a difusão de uma nova cultura institucional.

Neste curto espaço, porém, pretende-se apresentar brevemente algumas das dificuldades enfrentadas pelo projeto até o presente momento. Tais dificuldades se apresentam como decorrência natural do aparente paradoxo no qual a nossa iniciativa se insere: ser um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Uberlândia com o objetivo de lidar com problemas que em grande parte decorrem

da própria estrutura atual da instituição.

Um exemplo bastante ilustrativo a esse respeito foi a dúvida gerada inicialmente sobre a legitimidade em relação à representação de alunas contra possíveis decisões de comissões sindicantes no âmbito da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo da Universidade Federal de Uberlândia (COPSIA), nas hipóteses em que se verificasse uma proteção insuficiente de alunas, professoras ou servidoras. Neste tocante, contudo, a possibilidade de representação dessas mulheres pela Ouvidoria conta com precedentes judiciais favoráveis à atuação de Escritórios de Prática Jurídica de Universidades Federais em causas jurídicas que demandam órgãos públicos no polo oposto do processo.

Em contrapartida, o próprio surgimento da Ouvidoria se apresentou com a proposta de suprir uma ausência importante na estrutura organizacional da instituição que seria suprida com a criação de uma Comissão de Igualdade de Gênero que tivesse caráter permanente, com a finalidade de estabelecer políticas específicas para a universidade, assim como receber demandas e denúncias contra atitudes que ferem a igualdade entre mulheres e homens. Não é tarefa simples lidar com esses casos sem o amparo e o resguardo administrativo e financeiro da Universidade. Todavia, compreendemos a “Ouvidoria Acolhidas” como um passo inicial para a institucionalização desse debate e para a transformação necessária à implementação de políticas de gênero permanentes na UFU.

Em nossa concepção, por fim, é muito clara a responsabilidade da Universidade em oferecer tratamento psicológico adequado aos casos de violência e assédio que ocorrem no ambiente universitário. Têm-se diversos exemplos de mulheres gravemente afetadas pelo assédio moral ou sexual sofrido por meio da conduta de professores ou de colegas de curso. Situações como essas impedem que as alunas sigam normalmente com seus estudos, implicando uma queda no rendimento escolar, quando não as obrigam a mudar seus planos originários de formação. A tentativa, inicialmente frustrada, no sentido de estabelecer uma abertura para o atendimento desses casos é objeto do relato de uma aluna do curso de Psicologia que almejou servir de ponte nessa negociação, trazido no tópico abaixo.

Apesar do que possa parecer simples afronta a um olhar menos

detido, atividades de extensão como essa se propõem à realização do bem-estar de todos os membros da comunidade universitária, em um trabalho custoso e de longo prazo. Começamos estendendo as mãos para as mulheres. A esperança é que, no futuro, também os homens participem desta roda. Compreendendo que fazemos parte de um mesmo universo, julgamos ser impossível o bem de qualquer um de nós enquanto houver dor.

### **A Psicologia no projeto “Ouvidoria Acolhidas”**

Desde a perspectiva discente, pode-se afirmar que ser mulher no campo universitário se mostra uma batalha por espaço e direitos diariamente. Cada âmbito apresenta as suas especificidades na luta por reconhecimento, seja para as mulheres que exercem a docência, seja para as mulheres que ocupam os cargos técnicos e auxiliares dentro da universidade.

Como esse projeto de extensão surge dentro da Faculdade de Direito com o objetivo de acolher e assistir juridicamente o assédio e as tantas discriminações de gênero, poderia ser colocada em pauta a aliança entre o olhar jurídico e o da psicologia, para auxiliar no processo de acolhimento, de criação de vínculos de confiança com as mulheres que procurassem a ajuda do projeto. Caberia, assim, uma mão interdisciplinar que, em teoria, é a proposta de uma universidade. A questão é que a interdisciplinaridade depende da conversa entre as faculdades e institutos, das parcerias, da escuta, do entendimento do valor do projeto; e isso foi uma barreira interessante que, fortemente, provou a importância de projetos que assumam a tarefa de fazer a real imagem da mulher se empoderar, de ajudá-las a lutar por seus direitos e espaços e, em muitos momentos, de fazer calar o machismo e a misoginia.

Essa barreira, no singular, porém cheia de seus plurais, deu-se logo no primeiro momento de efetivar a Psicologia no projeto, que foi dialogar com um homem à frente de diversos atendimentos clínicos, pedir uma parceria para que a Psicologia pudesse formar grupos, aos poucos, que fossem capacitados para assistir as mulheres que procurassem a Ouvidoria e pedissem por ajuda no âmbito psíquico. A barreira surge quando se escuta de um profissional da saúde mental que casos como os acolhidos pela Ouvidoria não precisam de atenção

diferenciada, que essa “história de machismo” é uma invenção. É importante não generalizar esse comportamento e essa fala, porque de fato existem pessoas dispostas ao diálogo dentro da universidade, apesar da existência de pessoas que criam muros e muros em volta da luta feminina.

Claro que não só de maus momentos foi construída essa narrativa. A possibilidade de conversar com o Direito, por si só, já é uma abertura de suma importância, oferecendo novas visões para pessoas que voltam seu trabalho para os parâmetros legais já pode dar força para a luta; tal como fornecer à Psicologia o outro lado da moeda, o que está além do auxílio psíquico.

A conversa que se abriu entre as duas áreas foi também uma forma de aumentar os métodos de ajudar mulheres que precisassem do projeto, uma forma de enxergar, de forma mais ampla, como chamar as mulheres da universidade para que soubessem que podiam contar com o projeto, nos abrindo novas possibilidades de fornecer meios para que elas pudessem sentir conforto e confiança no trabalho que poderíamos fazer.

Exemplo de uma experiência enriquecedora que o projeto pôde desenvolver foi o diálogo com uma profissional da saúde, a Dra. Mariana Hasse, pesquisadora sobre as violências contra as mulheres, que contribuiu com dados, especificidades, formas de reconhecimento, motivos desses atos se repetirem, motivos pelos quais mulheres em situações de abuso não se libertarem, explicações acerca do que acontece no passo a passo de denúncias sobre violência. Com isso, o projeto pôde contar com a visão de uma psicóloga que esteve no dia a dia de delegacias recebendo denúncias, no dia a dia de histórias de abuso.

No desenvolvimento do workshop organizado com a Dra. Mariana Hasse, pudemos conversar sobre o que o Direito e a Psicologia podem e devem fazer nesse campo, as brechas que infelizmente existem nas duas áreas e que dificultam a ajuda às mulheres, o processo de criar vínculos de confiança com mulheres que procuram ajuda, o respeito ao silêncio ao mesmo tempo em que o incentivo que nos cabe para ajudar vítimas a denunciarem, os limites entre o que podemos fazer como profissionais e estudantes, os órgãos aos quais podemos encaminhar mulheres. Em suma: como, quando e com quem podemos e devemos

dialogar e atuar nessa empreitada da Ouvidoria e na própria luta da mulher.

Essa experiência não foi, nem será estática, terá provavelmente que enfrentar novos muros, desconstruí-los, mas também poderá ver construções de novos saberes, ajudar de forma interligada, dar voz às mulheres dentro da universidade, dar a mão para cada mulher que precisar de ajuda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência transcorrida até o dado momento, pelas discentes e docentes do direito e da psicologia, coloca-se como disparadora de crescimento. Os fatos iniciais mostram a ausência do diálogo e do auxílio sobre questões de gênero dentro da Universidade, a importância da interdisciplinaridade para o fluir do trabalho que a “Ouvidoria Acolhidas” almeja realizar e o vasto campo universitário que se precisa expandir.

Este primeiro ano do projeto mostra, em verdade, as tantas dificuldades impostas por diversas figuras e ocasiões, enfatizando a necessidade de fornecer muito mais voz e muito mais informação para além das questões de acolhimento das mulheres em situações de violência, o que significa aprimorar a todas as envolvidas com a extensão e a universidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. L. **Universidades, discriminação por gênero e assédio sexual**: o caso da IF Goiás e a Ouvidoria Acolhidas da Universidade Federal de Uberlândia. 2016. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/universidades-discriminacao-por-genero-e-assedio-sexual-o-caso-da-if-goias-e-a-ouvidoria-acolhidas-da-universidade-federal-de-uberlandia-por-candice-lisboa-alves/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CAMARGO, B. C.; AGUILAR, A. F. A extensão do Direito para a comunidade universitária na luta contra a agressão e discriminação de gênero: o primeiro ano da Ouvidoria Acolhidas na Universidade

Federal de Uberlândia, 2017. **Ciência em Extensão**, São Paulo, 2017. No prelo.

CAMARGO, B. C; FERREGUTTI, B. Cifras negras do crime de assédio sexual e atenção assistencial à vítima. In: SAAD-DINIZ, E. (Org.). **O lugar da vítima nas ciências criminais**. São Paulo: Liber Ars, 2016.

Submetido em 11 de junho de 2017.

Aprovado em 16 de julho de 2017.